

gal, Espanha e Grécia (pp. 168 e segs., max. p. 171).

Finalmente, nas suas «notas conclusivas», o autor insiste na «influência limitada» dos sistemas eleitorais sobre a vida política, mas não deixa de a considerar «muito significativa». Com efeito, se essa influência é porventura limitada sobre o comportamento dos eleitores, como também acredito que seja o caso, o sistema eleitoral já tem um impacto muito significativo sobre a oferta partidária, o que não é pouca coisa para o condicionamento das escolhas eleitorais e, portanto, da vida política efectiva de qualquer país. O simples efeito psicológico do chamado «voto útil» nos círculos de pequenas dimensões é suficiente, entre nós, para afectar a desejável maximização da representatividade do sistema (p. 182).

Só noutra altura será possível discutir em profundidade as teses do autor sobre a origem, evolução e actual configuração do sistema partidário português, com que o volume termina, fechando por assim dizer a discussão encetada por Farelo Lopes. Não posso, contudo, deixar de emitir as minhas reticências quanto à obviedade com que AF parece aceitar a ideia de que o PCP seria o único responsável pelas «dificuldades na constituição de alianças à esquerda» em Portugal, para não falar do antigo PCI em Itália (pp. 183-184)!

Ao cabo destes breves comentários, em que não resisti a expor algumas das dúvidas que as teses dos autores me suscitaram, dou-me con-

ta de que se trata de um dos melhores estudos de ciência política publicados por autores portugueses e que muito haveria ainda a dizer acerca dele. Fica assim demonstrada a maturidade atingida pela disciplina entre nós e fica, sobretudo, o convite para pegarmos nas pistas abertas por Farelo Lopes e André Freire a fim de continuarmos o trabalho encetado por eles.

MANUEL VILLAVERDE CABRAL

*José Luís Cardoso, História do Pensamento Económico Português. Temas e Problemas, Temas de História de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, 118 páginas.

É sempre injusto identificar uma área de investigação científica com uma única pessoa. A ciência é sempre um trabalho comunitário. Mas no caso da *História do Pensamento Económico Português* e do professor José Luís Cardoso essa injustiça é menor do que a habitual. De facto, foi dos seus múltiplos trabalhos que, em grande medida, nasceu o interesse, se desbravou a matéria, se constituiu a escola e se recolheram os resultados. Como aconteceu entre nós em vários outros temas científicos, só nos últimos anos se passou nesta área do diletantismo intelectual para o estabelecimento de uma base sólida de conhecimentos. E, como tantas vezes é costume em Portugal, existe um nome incontornável na liderança desse esforço.

Este pequenino volume inclui apenas quatro ensaios. O autor, que já abordou o assunto em grandes frescos históricos e no detalhe minucioso de contributos particulares, que já usou o estilo de monografia, cronologia, colectânea, dicionário e levantamento bibliográfico, desta vez decidiu-se a compor alguns ensaios de síntese, tratando questões concretas de prática económica. Começa a chegar à cúpula do edifício metodológico. Além disso, sem nunca perder o carácter de esboço impressionista, os temas nucleares e decisivos concedem um alcance e fôlego muito superior ao habitual volume de ensaios.

Os magnos problemas das relações da economia com a ética e o direito e da determinação do papel do Estado e do exterior num sistema económico são os temas que ocupam os quatro capítulos. Trata-se, sem dúvida, de algumas das perguntas mais influentes da política económica de todos os tempos, «quatro grandes questões que viriam a revelar-se como elementos que conferem identidade à própria ciência» (p. 95). Deste modo, sem deixar de ser um volume de ensaios, o livro ganha um valor e coerência interna, transformando-se numa pequena tese sobre os fundamentos da economia política. Além disso, como ensina o prefácio, estas quatro questões constituem «os principais temas que permanecem como assuntos de referência ao longo da história do pensamento económico português» (p. 11).

A complexidade natural de cada um dos quatro temas escolhidos e a

vastidão cronológica do material englobado na análise tornam extremamente difícil a tarefa proposta, sobretudo para uma obra tão pequena. A única possibilidade de a realizar advém do facto de este livro repousar sobre um largo edifício analítico anterior. O autor ocupa-se apenas dos elementos básicos e fundamentais, o que lhe permite traçar um quadro coerente e informativo, quer da questão de fundo, quer das opções intelectuais portuguesas sobre ela.

Os dois primeiros temas tratam de epistemologia, centrando-se no contacto entre disciplinas. As relações entre a ética e a economia (capítulo 1) são, de facto, muito complexas. Mas vale a pena ter consciência de que, antes de mais, isso advém das dificuldades da própria filosofia moral. É a ética que anda perdida desde o iluminismo, não a economia. Da «escolástica medieval à economia corporativa» (p. 17), a diversidade de problemas concretos é menor do que a variação de perspectivas éticas. O livro mostra bem que, das velhas questões sobre a moralidade do comércio, da banca, e a justiça do preço até ao conflito moderno entre bem privado e bem comum (que a «mão invisível» tapa mais do que resolve), a economia foi evoluindo nos problemas, mas sobretudo nas perspectivas. Hoje, usando ainda uma ética empirista e iluminista entretanto obsoleta, não admira que «os economistas contemporâneos convivam mal com as complexas relações entre a ética, a moral e o funcionamento real da vida económica» (p. 18).

Ao abordar as relações entre a economia e o direito (capítulo II), o livro entra em terrenos mais estáveis e pragmáticos. Se a ética se mantém como um desafio permanente, mas nebuloso, em toda a actividade de ciência económica, o direito foi a envolvente concreta que fez nascer e amparou a economia nos primeiros tempos da sua evolução. Em Portugal, essa dependência prolongou-se demasiado, até muito recentemente. O volume parte da afirmação inequívoca da «matriz jusnaturalista das ciências sociais» (p. 39), que, sendo uma afirmação já quase consensual, não deixa de estar carregada de significado. Segue-se depois o traçado de múltiplos autores nacionais que viram as teorias económicas como instrumento útil para a compreensão do direito positivo, principal finalidade dos que entre nós cultivavam estes temas.

Os dois últimos temas são menos especulativos e mais do foro da economia aplicada. Não surpreende que as relações entre o mercado e o Estado sejam «um dos temas que têm revelado presença mais assídua ao longo da história do pensamento económico português» (p. 53). De facto, esta é uma questão que nunca ficou bem resolvida no imaginário nacional desde que a revolução industrial a colocou. Somos uma sociedade de economia de mercado, aberta e liberal, mas a contragosto, e, tal como outros povos, ainda nos debatemos dolorosamente na angústia de encontrarmos o equilíbrio. O sebastianismo, o paternalismo, o corporativismo, são manifestações da permanência desta questão, que já durou muito mais que

outros temas antigamente fraccionantes, como o do regime monárquico/republicano ou o do destino colonial. Aliás, o problema vê-se logo na célebre citação da *Riqueza das Nações*, de que «os governos civis e eclesiásticos de Espanha e Portugal são de tal ordem que só por si seriam suficientes para perpetuarem o seu actual estado de pobreza» [A. Smith (1776), *Riqueza das Nações*, liv. IV, cap. V, ed. Gulbenkian, vol. II, p. 69].

Por isso mesmo, o capítulo 3 é um dos trechos mais interpelantes do livro, descrevendo os momentos mais altos desta reflexão. Mas, apesar disso, é claramente afectada a mediania intelectual de grande parte das análises. Existem contributos valiosos, sobretudo nas peças mais interessantes, o contraste entre o alegado liberal Rodrigues de Freitas e o socialista J. P. Oliveira Martins e depois a época corporativa. Mas, em geral, sentimos que estamos perante ideias estrangeiras requentadas, misturadas com erros grosseiros e sem originalidade nem realismo. O historiador acaba por ter de notar repetidamente um alheamento de cada um dos autores face às teses e doutrinas que marcaram a sua época, a maioria mostrando-se «envolta por um véu diáfano de ignorância» (p. 72), como diz a propósito de um dos casos.

O outro problema de economia política, que fecha o livro, é o do comércio internacional. Aqui o autor aprofunda a abordagem, rejeitando a contraposição simples entre livre-cambistas e proteccionistas e apostando antes na «perspectiva da eficiência das

políticas comerciais preconizadas» (p. 80). O tema é importante porque Portugal foi um fundador do comércio internacional moderno, quer com os Descobrimientos, quer com o Tratado de Methuen de 1703. Foi até pioneiro na *dutch disease*, quando o ouro vindo do Brasil criou o movimento da taxa de câmbio real que impediria a promoção manufactureira nacional, facto que ainda hoje é atribuído injustamente ao tratado com a Inglaterra<sup>1</sup>. Além disso, o fundador incontestado da teoria era de origem portuguesa. Mas, com mágoa, nota-se que no século XIX houve um «desconhecimento quase generalizado da obra de Ricardo em Portugal» (p. 92). O problema já vinha de longe, como nota o livro. Portugal foi um opositor da teoria moderna do comércio internacional, com as críticas de Serafim de Freitas à tese de *Mare Liberum* de Grotius.

Muito significativo é o facto referido de que «o problema essencial que emerge em todas as polémicas e debates entre liberais, livre-cambistas e proteccionistas é o da relação entre o indivíduo e o Estado» (p. 88). Assim vemos como a angústia do capítulo anterior acaba por transbordar para aqui. Mais uma vez, o autor é obrigado a admitir que os argumentos «demonstram um conhecimento mínimo de matérias de economia política» (p. 92).

En resumo, este livro apresenta uma visão sintética em Portugal de quatro dos temas mais determinantes

---

<sup>1</sup> V. a análise do professor Borges de Macedo no artigo «Methuen», in J. Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais.

da economia política. Capitalizando em larga investigação anterior, foi possível ao autor traçar um quadro breve, mas profundo em informativo, de grande interesse para conhecer o trabalho reflexivo de várias épocas sobre as suas questões económicas.

Uma dificuldade subjaz a toda este esforço, a qualidade dos contributos historiados. Pode dizer-se que, se o autor faz o que pode, o material de partida não ajuda. Não estão em causa a eminência e o valor de autores como Álvaro Pais, frei João Sobrinho, Fernão Rebelo, Pedro Santarém, Silvestre Pinheiro Ferreira e tantos outros que são os heróis desta história. Só que, no final, ficamos com a sensação de que a única razão por que nos interessam estes autores vem de sermos seus patrícios. O professor Cardoso não concordará, mas de facto pouco de realmente original ganhamos na compreensão das suas obras. A reflexão político-económica nunca foi o forte dos portugueses.

JOÃO CÉSAR DAS NEVES

Maria Eduarda Gonçalves (org.), **Cultura Científica e Participação Pública**, Celta, 2000, 330 páginas.

Editado no início do ano 2000,  
*Cultura Científica e Participação Pú-* 1339